

## **INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA COM PROFISSIONAIS DO SEXO**

### **INTERVENTION IN COMMUNITY SOCIAL PSYCHOLOGY WITH SEX WORKERS**

Vinícius Martins de Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:** A prostituição configura-se como uma atividade profissional que comercializa o sexo, formada majoritariamente por mulheres - no plural para contemplar as existências para além dos corpos cisgêneros. No entanto, a jornada de trabalho das mulheres é caracterizada por vulnerabilidade, pois existem clientes que não efetuam pagamento do serviço ofertado ou buscam as garotas de programa, principalmente as transexuais, para matá-las. O Estado, há anos, não adota medida alguma, influenciando para que a população abordada seja negligenciada em função da necropolítica. O sofrimento destas profissionais é politicamente determinado, sendo imprescindível desenvolver estratégias, em conjunto com a comunidade citada, para reivindicar direitos que são intrínsecos a existência de qualquer pessoa. Dentro deste contexto, este artigo objetiva explorar possibilidades de atuação, baseando-se na Psicologia Social Comunitária (PSC), direcionada às profissionais do sexo. Através das leituras realizadas, identificou-se que a PSC pode contribuir para a criação de direitos direcionada às profissionais do sexo através dos seguintes mecanismos: participação popular, cidadania emancipatória, políticas públicas e controle social. Ao fim, percebeu-se a relevância da PSC para desenvolver nas pessoas um senso de possibilidade de transformação na realidade sócio-política em que vivem.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Trabalho Sexual; Políticas Públicas.

**ABSTRACT:** Prostitution is characterized as a professional occupation that commercializes sex, formed predominantly by women - in the plural to contemplate existences beyond the cisgender bodies. However, women's working hours are characterized by vulnerability, since there are clients who do not pay for the service offered or seek program girls, especially transsexuals, to kill them. The state has not adopted any measures for years, influencing the population to be neglected due to necropolitics. The suffering of these professionals is politically determined, and it is essential to develop strategies, together with the community cited, to claim rights that are intrinsic to the existence of any person. Within this context, this article aims to explore possibilities of action, based on Community Social Psychology (CSP), directed at sex professionals. Through the readings, it was identified that the PSC can contribute to the creation of rights directed to sex professionals through the following

---

<sup>1</sup> Contato principal para correspondência editorial. E-mail: [vmda2018@gmail.com](mailto:vmda2018@gmail.com). Centro Universitário UniDomBosco.

mechanisms: popular participation, emancipatory citizenship, public policies and social control. At the end, the relevance of the PSC to develop in people a sense of possibility of transformation in the socio-political reality in which they live was perceived.

Keywords: Community Social Psychology; Sex Work; Public Policy.

## INTRODUÇÃO

A prostituição configura-se como uma atividade profissional que comercializa o sexo, tratando-se de uma atuação que ocorre em diferentes contextos e pessoas de diferentes gêneros podem exercê-la. Dessa forma, são três categorias de prostituição, as quais são diferenciadas pelo público alvo: 1) prostituição de luxo: ofertam o serviço para classes abastadas, ocorrendo em áreas de luxo; 2) prostituição comum: destinada as classes médias, em lugares modestos; 3) prostituição de rua: são designadas pelo contexto miserável em que atuam e pelo valor inadequado do serviço ofertado (Carneiro, 2014).

Cabe ressaltar que a prostituição é formada majoritariamente por mulheres, entendendo mulheres em sua pluralidade, contemplando as vivências da população trans, isto é, pessoas que não reconhecem a identidade de gênero com o gênero designado ao nascer. Em contrapartida, no contexto nacional existe um paradoxo, visto que o Estado não criminaliza, tampouco regulamenta a profissão, influenciando para que desenvolva uma necropolítica, pois o governo opta em marginalizar tais corpos, direcionando para uma vida sem dignidade e suscetível a morte (Carneiro, 2014).

Não há políticas públicas que contemplem a existência da população alvo, visto que existem situações de clientes não efetuarem o pagamento do serviço ofertado e as profissionais não possuem meios jurídicos de solicitarem ressarcimento para reduzir os danos produzidos. Para além disto, durante a jornada de trabalho as profissionais são alvos de assassinatos, pois existem clientes que solicitam o serviço ofertado, mas com o objetivo de matá-las (Carneiro, 2014).

Dentro deste contexto, torna-se necessário desenvolver estratégias para que haja dignidade durante a jornada de trabalho, sendo que a Psicologia Social Comunitária (PSC) pode ser um mecanismo crucial para o fortalecimento de políticas públicas necessárias para a população abordada. Trata-se de uma intersecção entre a Psicologia Social e a Psicologia Comunitária, sendo a primeira a base teórica, enquanto a segunda a proposta de intervenção (Ximenes; Paula & Barros, 2009). Dessa forma, a PSC possui, enquanto objeto de estudo, as

relações humanas, propondo meios, em conjunto com a comunidade, para viabilizar uma resolução frente às demandas existentes (Gonçalves & Portugal, 2016).

Dias (2020) afirma que o psicólogo deve ser um agente de transformações, criando condições para que a comunidade desconstrua as ideologias existentes, com o objetivo de construir uma consciência. No entanto, o profissional não detém o poder de conscientizar as pessoas, pois se trata de um fenômeno que se desenvolve em conjunto, através da socialização e aspectos políticos, por exemplo (Gonçalves & Portugal, 2016) (Lane, 1996).

Vale ressaltar que o conhecimento, durante a atuação, deve ser construído através da interação entre profissional e cliente. Esta informação se torna perceptível ao elencar um dos principais métodos de pesquisa adotados pela abordagem citada, o qual se refere a pesquisa participante, técnica direcionada à transformação da população abordada, refutando a hierarquia entre pesquisador e objeto pesquisado, havendo um trabalho em conjunto (Gonçalves & Portugal, 2016).

A atuação pode ocorrer desde postos de saúde até creches, sendo que antes de se inserir em um contexto, é possível que o profissional tenha que transformá-lo de um grupo para uma comunidade. No entanto, o que seria uma comunidade? A comunidade pode ser entendida através de três critérios, os quais são: 1) comunidade como um espaço de convívio; 2) comunidade caracterizada como um território de sofrimento; 3) comunidade como um meio de transformações sociais (Gonçalves & Portugal, 2016).

Além do exposto, o Psicólogo irá identificar a demanda após ir a campo, pois inicialmente existe uma coleta de dados, a qual pode ocorrer através de dinâmicas, por exemplo, com a finalidade de entender as problemáticas existentes, a partir do relato das pessoas. Trata-se de uma informação relevante, visto que a demanda surge a partir dos clientes e não do profissional! (Gonçalves & Portugal, 2016).

Cabe ressaltar que as práticas em PSC não configuram-se como um processo estruturado, aspecto que influenciou o desenvolvimento de críticas sobre o esboço teórico adotado, visto que não há uma consistência dos paradigmas executados no decorrer da atuação profissional (Gonçalves & Portugal, 2016).

Dadas tais informações, o objetivo deste artigo é explorar as possibilidades de atuação, baseando-se na Psicologia Social Comunitária, para às profissionais do sexo. Torna-se imprescindível reconhecer a importância da profissão mencionada para transformar a

sociedade, entendendo que não é possível fazer psicologia sem levar em consideração o contexto sócio-político em que os clientes vivem, influenciando para que os profissionais reflitam sobre a insuficiência de práticas que não contemplem fenômenos políticos.

Para atingir o objetivo proposto, o texto, a seguir, será dividido em três tópicos, sendo que cada um abordará processos diferentes durante a práxis. O primeiro tópico diz respeito à identificação das demandas, enquanto o segundo se refere à intervenção e, por fim, o último é sobre o fim do trabalho ofertado pelo psicólogo.

### Identificação das demandas

Todo e qualquer psicólogo, ao ser solicitado para trabalhar, independente do contexto abordado, pensa em como desenvolver um planejamento de atuação, incluindo, em algumas circunstâncias, os objetivos que devem ser atingidos. No entanto, se tratando da PSC o profissional deve escolher instrumentos para coletar dados, por exemplo, mas não deve optar, de modo autocrático, quais caminhos serão seguidos (Freitas, 2015).

Os objetivos devem ser escolhidos em conjunto com as participantes, em função de dois motivos distintos: I) estereótipos, isto é, crenças transmitidas culturalmente a respeito de um grupo. O profissional está sujeito às influências dos estereótipos existentes, os quais não condizem com a realidade das pessoas envolvidas, contribuindo para que o psicólogo opte em um caminho que não está de acordo com as vontades dos clientes (dos Santos PaiI & PereiraII, 2011); II) o segundo motivo está relacionado ao primeiro, visto que os participantes são os únicos que sabem da condição social que vivem, portanto, devem ter o poder de escolherem o próprio futuro (Freitas, 2015).

Dessa forma, nos primeiros encontros, existe a possibilidade de utilizar dinâmicas de grupo, enquanto estratégia para coletar dados e identificar o funcionamento da comunidade abordada, contribuindo para que as participantes descrevam queixas sobre a realidade sócio-política em que vivem, delimitando as demandas que suscitaram a busca do serviço ofertado pelos psicólogos, por exemplo. Trata-se, inclusive, de um período para criação de vínculo entre os clientes e o profissional (Freitas, 2015) (Silveira & Dias, 2016).

Além do exposto, uma forma de explorar maiores informações sobre a comunidade se refere às investigações etnográficas, isto é, o pesquisador se insere no território em que a

população abordada vive, objetivando explorar a identidade comunitária, existindo a possibilidade de visitar os eventos que ocorrem e propor entrevistas com líderes, quando existem, do movimento relacionado ao contexto alvo (Ramos & Carvalho, 2008) (Freitas, 2015)

Vale ressaltar que a investigação etnográfica e as entrevistas configuram-se como mecanismos para caracterizar a comunidade, visto que não será o principal meio de identificar as demandas existentes. Em contrapartida, não cabe, em algumas circunstâncias, as propostas citadas, pois são métodos direcionados às pessoas que vivem em único espaço geográfico, enquanto existem populações que não residem em uma única região (Silveira & Dias, 2016).

Dentro deste contexto, optou-se em falar sobre as profissionais do sexo no plural, uma vez que existem diferentes formas de expressões da prostituição no mundo contemporâneo, sendo possível que o psicólogo se depare com um grupo, mas auxilie para que as pessoas envolvidas se tornem uma comunidade, em um segundo momento Soczek (2004). No entanto, qual é a diferença entre grupo e comunidade? Ambos possuem características em comum, mas o que difere-os diz respeito ao fato de que o primeiro possui um objetivo grupal, enquanto no segundo todos devem ter voz e vez, visando resolver as problemáticas existentes, em termos individuais e grupais Soczek (2004) (Silveira & Dias, 2016).

Retomando os mecanismos para coletar dados, é imprescindível empregá-los como um meio para que as participantes evoquem memórias sobre a história da comunidade em vivem, contribuindo para que todas as pessoas envolvidas pensem sobre as trajetórias individuais e coletivas. O profissional, neste momento, pode utilizar as informações mencionadas nos primeiros encontros, objetivando construir, de modo político, o projeto de intervenção (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008) (Freitas, 2015).

## Intervenção

Conforme apontado anteriormente, as práticas em PSC não se caracterizam como uma intervenção estruturada, uma vez que o subsídio teórico adotado orienta para uma atuação pautada na incorporação de determinados princípios, contribuindo para que haja uma postura crítica e reflexiva, afastando-se de ações assistencialistas e/ou paternalistas (Freitas, 2015). Os paradigmas explorados, neste artigo, serão: participação popular, cidadania emancipatória,

consciência, teatro do oprimido, empoderamento, políticas públicas, controle social e afetividade comunitária (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008)

Dentro deste contexto, a participação popular configura-se pelo reconhecimento do sujeito, enquanto um cidadão ativo, uma vez que não será um ouvinte pacífico, vivendo em um contexto sócio-político que não contém direitos para suprir os fenômenos que são essenciais para a humanidade. Trata-se, portanto, do momento em que a pessoa se reconhece como autora da própria vida, viabilizando para o desenvolvimento da autonomia (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

A participação popular é um mecanismo para refutar as práticas vigentes em saúde, nas quais os profissionais são os únicos detentores do saber e devem decidir pela vida dos outros (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008). À título de exemplo, um psicólogo trabalha com mulheres em situação de prostituição e opta, de modo autocrático, que tentará desenvolver políticas públicas visando criminalizar a prostituição, visto que se trata de uma profissão marcada pelo patriarcalismo.

Trata-se de uma ação incorreta, pois deve ser uma escolha por parte das prostitutas, uma vez que as políticas públicas devem ser desenvolvidas com a população alvo, enquanto os profissionais da saúde devem exercer a função de mediadores, contrapondo técnicas diretivas, influenciando para que todos tenham voz e vez no processo, visto que o conhecimento científico e o saber popular devem estar entrelaçados, afinal ambos possuem o mesmo nível de importância durante a intervenção (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

Dessa forma, todo o processo descrito direciona para uma cidadania emancipatória, isto é, os sujeitos não dependem de terceiros (profissionais de saúde, por exemplo) para pensar sobre a realidade vivida, tampouco para desenvolver estratégias para atenuar os efeitos das problemáticas que se manifestam no mundo contemporâneo, visto que existe uma autogestão, baseando-se em um senso coletivo, onde todos lutam por todos (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

No entanto, para além da autonomia, é imprescindível que haja consciência sobre o contexto sócio-político em que está inserido, sendo um processo que ocorre através de um diálogo-problematizador, onde todos participam e compartilham experiências sobre o

cotidiano, viabilizando para que reflitam sobre a realidade vivida, inclusive sobre hábitos considerados fatalistas (Dias, 2020) (Ximenes et al., 2009).

A consciência caracteriza-se pelo ampliação da visão sobre o mundo, incluindo sobre as ideologias que estruturam as injustiças sociais, sendo o psicólogo um mediador do diálogo-problematizador (Dias, 2020). Para ilustrar as informações mencionadas, torna-se possível mencionar uma situação emblemática sobre a jornada de trabalho de prostitutas: a recusa do pagamento após o serviço ser ofertado.

Trata-se de uma situação recorrente no que se refere ao universo de garotas de programa, sendo que não há políticas públicas que visem reduzir os danos, podendo gerar a impressão de que é um fenômeno que não é passível de mudanças. Cabe ao psicólogo, quando esta temática é abordada durante uma intervenção, mediar um diálogo que explore todas as possibilidades para prevenir e/ou ressarcir o (não) pagamento (Beisiegel, 2018) (Senra & Guzzo, 2012).

Dadas tais informações, vale pensar na utilização do Teatro do Oprimido, uma vez que se trata de um método que retrata, através da encenação, as opressões sofridas no cotidiano, enquanto o público não é visto como um mero espectador, pois as cenas são construídas para que todos participem e dialoguem sobre a situação-problema, objetivando resolvê-la (Campos; Panúncio-Pinto & Saeki, 2014) (Scarparo & Guareschi, 2007).

Trata-se de um mecanismo para explorar o contexto sócio-político em que uma população está inserida, sendo um processo que deve ser construído em conjunto, refutando a hierarquia existente no mundo teatral, onde uma pessoa cria um roteiro e as demais atuam, pois todos devem auxiliar para desenvolver uma história que contemple a própria realidade (Campos et al., 2014) (Scarparo & Guareschi, 2007).

Vale ressaltar que quando o público é inserido na encenação, pode influenciar para que este se sinta protagonista e autor da dramatização apresentada, afastando-se da transmissão da responsabilidade para um personagem e aproximando-se de uma conduta autônoma, onde o sujeito compreende que pode transformar a sociedade em que vive (Campos et al., 2014) (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

Dessa forma, tais ações direcionam para o desenvolvimento do empoderamento, isto é, se reconhecer enquanto um ser de valor e de direitos, viabilizando para a construção de um poder, o qual não surge como um mecanismo para oprimir, pois não se trata de tornar pessoas

mais importante que outras, mas, sim, de ampliar as possibilidades de ser (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

Tratando-se de comunidades, torna-se possível desenvolver um empoderamento comunitário, caracterizado pela autogestão, sob a influência de todos os sujeitos que residem uma região, visando proporcionar transformações sociais, visto que não existem políticas públicas que contemplem o contexto sócio-político em que os sujeitos estão inseridos (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

O empoderamento comunitário, portanto, é um instrumento relevante para as profissionais do sexo, pois é um meio de reivindicar direitos que são intrínsecos à existência da humanidade, mas são negados para a população abordada. À título de exemplo, existem relatos de que os profissionais de saúde, ao identificarem que se trata de uma prostituta, atendem de maneira desumanizada e descontextualizada (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

Sabendo disto, é imprescindível que a cliente, independente da profissão exercida, tenha consciência dos direitos que possui e que não se trata de uma experiência individual, uma vez que as prostitutas são negligenciadas no processo saúde-doença, sendo possível propor, quando sentirem necessidade, a criação de movimentos destinados às alterações das estruturas que oprimem-nas (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

Dentro deste contexto, faz-se necessário pensar, em conjunto com a comunidade, se as políticas públicas contemplam a realidade da população abordada, uma vez que se trata de um mecanismo, monitorado pelo Estado, que cria e fortalece direitos, os quais as pessoas usufruem no cotidiano. No entanto, caso identifiquem a ausência de políticas públicas, existe a possibilidade de empregar o controle social (Arraes; Dimeinstein; Siqueira; Vieira & Araújo, 2012)

O controle social configura-se como um diálogo entre o Poder Executivo e a sociedade, visto que uma população se reúne, objetivando refletir sobre quais políticas devem ser implantadas e como serão executadas, sendo que haverá pessoas escolhidas para representar toda a comunidade, durante a discussão. O psicólogo, conforme nas demais circunstâncias, será um mediador, viabilizando para que o controle social não ocorra somente durante intervenções psicossociais, mas sempre que necessário (Arraes et al., 2012)



Dessa forma, para além das possibilidades de intervenção mencionadas, faz-se necessário desenvolver uma afetividade comunitária, isto é, o rompimento da dicotomia entre corpo e mente, reconhecendo os fenômenos internos e externos como um processo dialético, visto que as pessoas envolvidas desenvolvem laços sociais (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

#### Fim da intervenção

No entanto, quando é o fim de uma intervenção em Psicologia Social Comunitária? É importante pensar que depende do contexto abordado, uma vez que caso se trate de uma atuação solicitada pelo Estado, por exemplo, presume-se que tenha um período limitado para atingir o objetivo proposto. Retomando a população alvo deste artigo, supõe-se que o serviço ofertado foi solicitado pelas profissionais do sexo (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

Dentro deste contexto, as clientes podem optar pelo fim da intervenção ou o psicólogo pode encerrar o trabalho ofertado quando identificado que a comunidade desenvolveu autonomia para solucionar as problemáticas que surgem no contexto sócio-político em que vivem. Vale ressaltar que um dos principais objetivos da PSC, para além de técnicas, é que as pessoas se tornem agentes de transformações (Silveira & Dias, 2016) (Ramos & Carvalho, 2008).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, percebe-se a influência da PSC no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas para populações vulneráveis, sendo possível exemplificá-las através de cinco princípios: 1) levar em consideração o contexto social e político da comunidade, identificando como influencia os processos psicossociais; 2) embasamento teórico inter e multidisciplinar, sendo possível citar, enquanto exemplo, práticas de Educação Popular; 3) compromisso com populações em vulnerabilidade social, contribuindo para que a comunidade se torne protagonista do próprio destino, refutando o fatalismo existente; 4) os objetivos da atuação profissional devem ser construídos em conjunto com a comunidade; 5) identificar se há

necessidade ou não de prosseguir com a atuação, baseando-se nas vontades dos sujeitos (Freitas, 2015).

Dessa forma, é imprescindível propor uma reflexão: os paradigmas da PSC não devem ser utilizados exclusivamente durante a atuação da área citada, visto que se trata de princípios, os quais devem ser incorporados nas atividades desenvolvidas pelos Psicólogos, pois todos devem, enquanto categoria, viabilizar autonomia e refutar práticas de opressão, por exemplo (Gonçalves & Portugal, 2016).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arraes, Ana Karenina de Melo, Dimeinstein, Magda, Siqueira, Kamila, Vieira, Clarisse, & Araújo, Allana. (2012). Empoderamento e controle social: uma análise da participação de usuários na IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial em Natal (RN). *Revista Psicologia Política*, 12(23), 71-85. Recuperado em 13 de dezembro de 2020, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2012000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000100006&lng=pt&tlng=pt).

Beisiegel, Celso de Rui. (2018). Educação popular e ensino superior em Paulo Freire. *Educação e Pesquisa*, 44, e104010. Epub 26 de maro de 2018. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844104010>

Carneiro, Anna Barbara de Freitas. (2014). É possível ser prostituta e ser feliz?. *Reverso*, 36(67), 25-34. Recuperado em 13 de dezembro de 2020, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952014000100003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952014000100003&lng=pt&tlng=pt).

Campos, Fernanda Nogueira, Panúncio-Pinto, Maria Paula, & Saeki, Toyoko. (2014). Teatro do oprimido: um teatro das emergências sociais e do conhecimento coletivo. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 552-561. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300004>

Dias, Maria Sara de Lima. (2020). O legado de Martin-Baró: a questão da consciencia latino americana. *Psicologia para América Latina*, (33), 11-22. Recuperado em 04 de outubro de 2020, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2020000100003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000100003&lng=pt&tlng=pt).

Paim, Altair dos Santos, & Pereira, Marcos Emanuel. (2011). Aparência física, estereótipos e discriminação racial. *Ciências & Cognição*, 16(1), 002-018. Recuperado em 13 de dezembro de 2020, de

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212011000100002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212011000100002&lng=pt&tlng=pt).

Freitas, Maria de Fátima Quintal de. (2015). Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 242-253. Recuperado em 05 de outubro de 2020, de

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082015000200002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200002&lng=pt&tlng=pt).

Gonçalves, Mariana Alves, & Portugal, Francisco Teixeira. (2016). ANÁLISE HISTÓRICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO BRASIL. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 562-571. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>

Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Vozes

Ramos, Conrado, & Carvalho, João Eduardo Coin de. (2008). Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 174-180. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200004>

Scarpato, Helena Beatriz Kochenborger, & Guareschi, Neuza Maria de Fátima. (2007). Psicologia social comunitária profissional. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe2), 100-108. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500025>

Senra, Carmem Magda Ghetti, & Guzzo, Raquel Souza Lobo. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>

Silveira, Katia Gregório Bittencourt, & Dias, Maria Sara de Lima. (2016). As categorias da psicologia social comunitária como dispositivo para a construção das práticas no SUS. *Revista Psicologia e Saúde*, 8(1), 07-13. <https://dx.doi.org/10.20435/2177093X2016106>

Soczek, Daniel. (2004). Comunidade, utopia e realidade: uma reflexão a partir do pensamento de Zygmunt Bauman. *Revista de Sociologia e Política*, (23), 175-177. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000200017>

Ximenes, Verônica Moraes, Paula, Luana Rêgo Colares de, & Barros, João Paulo Pereira. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400004>